

# Briga por Morro do Marista

Moradores querem que área seja um parque e prefeitura defende construção de casas. Vereadores aprovam criação de avenidas

A aprovação do novo Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Velha acirrou a briga pelo destino do Morro do Marista, no Centro. Moradores querem que a área se torne um parque municipal, enquanto a Prefeitura defende a construção de um condomínio de casas.

Os vereadores aprovaram, além das casas, duas avenidas cortando a área. O caso, que chegou ao Ministério Público Estadual, está na Justiça.

A área foi doada pela Prefeitura ao Colégio Marista, na época em que a escola foi construída, com a condição de que houvessem bolsas de estudos para moradores.

Agora, a direção do Colégio negocia o espaço com uma construtora, que tem projeto de erguer um condomínio de casas de dois andares, de alto padrão.

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Antônio Marcus Machado, ressaltou que a Prefeitura é favorável à construção do condomínio.

"Vila Velha já tem outros parques e, naquela região, o melhor para a cidade é o condomínio. Mas vetamos o artigo que permite a construção no local, por causa da questão judicial. Quando ela for definida, faremos uma lei específica", disse.

Uma das emendas dos vereadores ao PDM permite que o local receba construções, desde que sejam abertas duas vias que passam sobre o Canal Bigossí e saem em Itapoã.

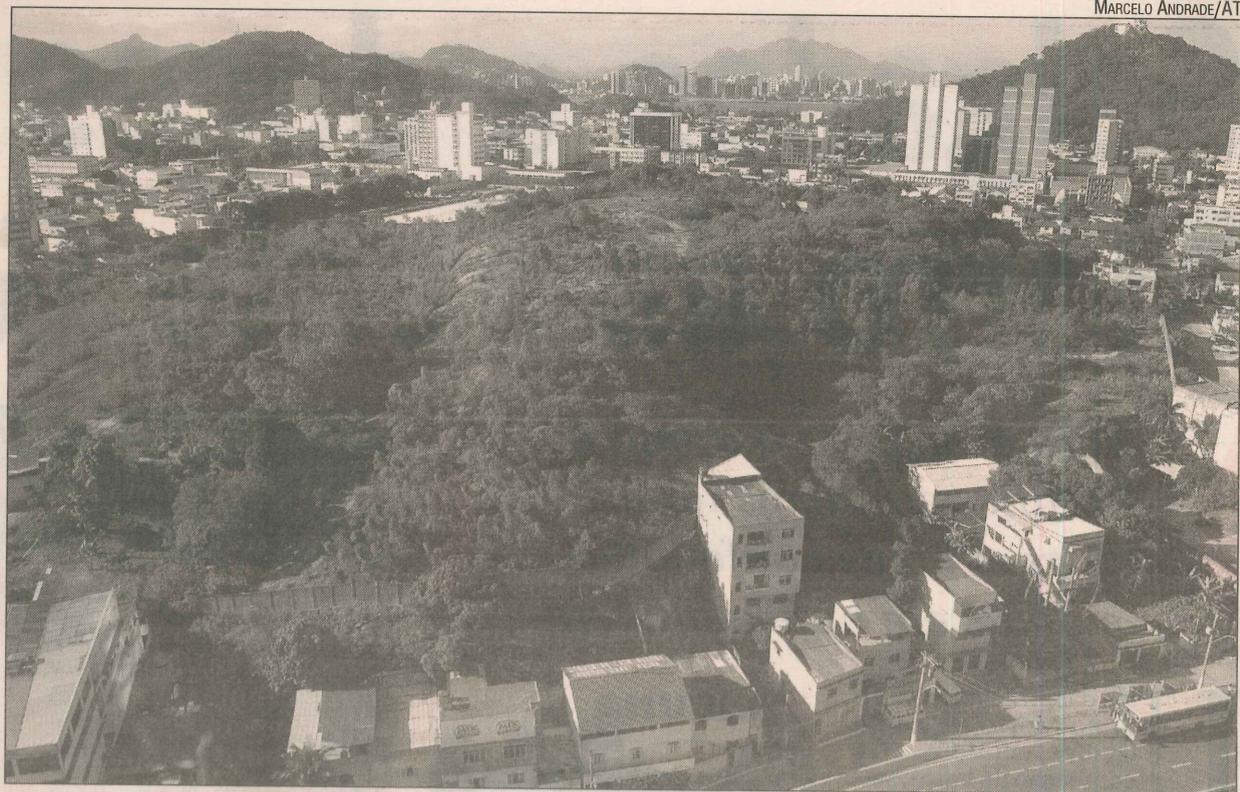
De acordo com o coordenador Legislativo da Câmara de Vila Velha, Joel Ribeiro, a decisão de destinar a área à construção do condomínio foi da Prefeitura. "Só foram acrescentadas as vias", observou.

A promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo de Vila Velha, Nícia Regina Sampaio, entrou com uma ação civil pública, pedindo a devolução da área para o município, que aguarda julgamento.

"A área foi adquirida com recursos públicos e doada. À medida que não interessa mais à escola, ela deveria devolver para a construção de um parque municipal", explicou.

Para Filipe Pedroso, diretor da Associação de Moradores do Centro de Vila Velha, o ideal é que seja construída uma área de lazer pública. "É uma área pública que tem que ser resgatada para a sociedade, para preservação da Mata Atlântica", frisou.

De acordo com a assessoria de imprensa do Colégio Marista, em Brasília, a única pessoa que poderia falar estava viajando e não houve retorno até o encerramento da edição.



Vista do Morro do Marista, em Vila Velha, que está sendo disputado na Justiça

## PDM será decidido na Justiça

Depois de mais de um ano de divergências e 251 mudanças propostas pelos vereadores, o Plano Diretor Urbano (PDM) de Vila Velha será promulgado hoje, pela Câmara de Vereadores do município, passando a valer como lei. Mas ainda terá que passar pelo crivo da Justiça, já que o Ministério Público Estadual (MPE) vai entrar com uma ação de inconstitucionalidade.

O prefeito Max Filho vetou 117 emendas, mas apenas três deles foram acatados pela Câmara.

Segundo a promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo de Vila Velha, Nícia Regina Sampaio, já existe um inquérito civil em andamento, aguardando somente a promulgação da lei do PDM, para que seja proposta uma ação de inconstitucionalidade.

"Estou receber informações do executivo e da Câmara sobre os vetos. O Ministério Público vai analisar a lei como um todo, verificando se algum artigo fere os princípios da Constituição Federal ou Estadual", disse.

A promotora explicou que a Câmara podia acrescentar emendas, desde que elas não restringissem direitos já assegurados por lei. "Em alguns pontos houve retrocesso", observou.

Entre as principais polêmicas está a liberação de construções em uma área do Morro do Moreno, que seria destinada à área de preservação ambiental. Nas construções, as varandas poderão ter até 40% do tamanho do imóvel, enquanto a prefeitura defendia um limite menor.

O coordenador legislativo da

Câmara, Joel Ribeiro, explicou que os artigos que delimitavam a ocupação do solo eram arcaicos, baseados em uma lei de 1982 e por isso foram mudados.

"Na questão das varandas, no projeto da prefeitura não havia limite. Nós regulamentamos para até 40%. eles também queriam liberar construções de até dois pavimentos em um trecho de reserva de Jacarenema, e a Câmara tornou a área de preservação ambiental", disse.

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Antônio Marcus Machado, observou que o diálogo do executivo com a Câmara não se esgota agora. "Temos que manter esse diálogo para corrigir ou melhorar alguns pontos que foram decididos", ressaltou.

## Motoristas param mais de 60 ônibus

Motoristas da empresa de ônibus Unimar fizeram, na noite de ontem, uma greve-relâmpago, que durou pelo menos três horas. A manifestação deixou os pontos de ônibus cheios e gerou revolta entre os passageiros.

A ação foi motivada pela demissão de um cobrador de ônibus, que foi considerada injusta pelos demais empregados da empresa. A paralisação dos motoristas, que começou às 18 horas, só terminou por volta das 22 horas, quando os ônibus voltaram a circular.

Durante a manifestação, 50 ônibus comuns e 14 carros da linha seletiva ficaram estacionados no ponto final dos coletivos, localizado próximo ao Residencial Atlântica Ville, em Jardim Camburi, Vitória.

A engenheira metalúrgica Marcela Gonçalves Ferreira, 29 anos e moradora de Jardim Camburi, contou que ficou no ponto por uma hora à espera do ônibus e soube a categoria estava em greve. "Vi que o ponto estava lotado e as pessoas estavam nervosas por causa da demora."

Somente por volta das 21 horas, houve uma negociação entre motoristas e a direção da empresa.

### ENTENDA O CASO

#### PDM

- O Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Velha, que continha 206 artigos, foi encaminhado pela Prefeitura do município para votação na Câmara em agosto do ano passado.
- A lei define as regras de uso e ocupação do solo, como altura de prédios, vagas de estacionamento, áreas de proteção ambiental e voltadas para empreendimentos comerciais e residências.

#### Emendas

- Em setembro, a Câmara de Vereadores propôs 251 emendas à lei, mudando pontos como áreas de preservação ambiental, limites de aproveitamento dos terrenos nas construções e tamanho das varandas, entre outros.

#### Vetos

- No último dia 26, o prefeito Max Filho vetou 117 das emendas que haviam sido propostas pela Câmara.

#### Derrubada

- Os vereadores derrubaram 114 vetos, concordando com mudança em apenas três das emendas.

#### Aprovação

- Como o prefeito não sancionou a lei até a última sexta-feira, ela será promulgada hoje pelo presidente da Câmara.